



**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE - RO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026**

(Processo Administrativo nº 188/2026)

Torna-se público que Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste-RO, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), Decretos municipais nº 22/2024, 24/2024 e 32/2024, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e legislação correlata.

Data da Sessão Pública: dia 02/03/2026 as 09 horas (horário de Brasília).

Critério de Julgamento: Menor Preço.

Modo de disputa: Aberto.

Plataforma da disputa: LICITANET Licitações Eletrônicas ([www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br))

## **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a **Contratação de Empresas Especializadas em Serviços de sonorização, iluminação, projeção, palco, locação de tendas, seguranças, brigadistas, gerador, e banheiros químicos, com itens exclusivos para MEI, ME E EPP, com prioridade local e regional**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

## **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam no termo de referência anexo -I.

## **3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no sistema LICITANET ([www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no LICITANET até a data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



3.5. Itens exclusivos para ME/EPP/EQUIPARADAS e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. Pessoa Física ou Jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.



3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo não impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2. no item em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo não apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.5.3. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.



- 4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.10.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. Valor unitário e total do item;
- 5.1.2. Marca/Modelo;
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.



5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.7.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser o que estiver especificado no Termo de Referência.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. O modo de disputa adotado é aberto, e os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.



6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a pregoeira, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a trinta minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.18.2.2. empresas brasileiras;

6.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.





6.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.19.4. A pregoeira solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.19.5. É facultado a pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.20. Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a pregoeira verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.6 deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. contiver vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;



- 7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência da pregoeira, que comprove:
- 7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 7.10. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.11. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 7.12. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 7.13. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pela Pregoeira, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 7.14. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), a Pregoeira analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

- 8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.2. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 8.3. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.4. O licitante deverá apresentar no sistema, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.





8.4.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.5. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais na plataforma e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.5.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.6. A verificação pela pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.6.1. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, contado da solicitação da pregoeira.

8.7. A verificação nos documentos habilitatórios somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.7.1. Os documentos relativos à documentação de habilitação que consta no Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.7.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.8. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

8.8.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.8.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.9. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.10. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.1.

8.11. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.12. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **9. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

9.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

9.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

9.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

9.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

9.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.



9.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

9.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

9.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

9.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

9.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

9.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

9.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## 10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no portal da transparência do município, no sítio eletrônico [www.coloradodoeste.ro.gov.br](http://www.coloradodoeste.ro.gov.br).

## 11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;



11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.5. fraudar a licitação

11.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

11.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado.

11.5. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.6. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).



11.7. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

11.8. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.9. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.10. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.12. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios*:

Sistema LICITANET: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), site oficial da prefeitura municipal ([www.coloradodoeste.ro.gov.br](http://www.coloradodoeste.ro.gov.br)) e no portal LICITANET ([www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br))

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

13.11.2. ANEXO II Modelo de Proposta

13.11.3. ANEXO III - Minuta de Contrato



**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**  
Processo Administrativo nº 188/2026  
(Pregão Eletrônico Nº 02/2026)

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. O presente Termo de Referência foi elaborado à luz da **Lei nº 14.133/2021**, como peça integrante e indissociável de um procedimento legal pertinente, para que seja formalizada a Licitação na Modalidade: **Pregão**, sob a forma **Eletrônica**, para a **Contratação de Empresas Especializadas em Serviços de sonorização, iluminação, projeção, palco, locação de tendas, seguranças, brigadistas, gerador, e banheiros químicos, com itens exclusivos para MEI, ME E EPP, com prioridade local e regional**, com o objetivo de atender a Prefeitura do município de Colorado do Oeste, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

**2. OBJETO:**

Item	Descrição	Und. Med.	Qtde	Vlr Unit.	Vlr Total	Intervalo de lance
1	<b>Sonorização para atender eventos de pequeno porte:</b> *Para o P.A: 1 mesa digital ou analógica (sem preferência de marca ou modelo) de no mínimo de 08 canais e 2 saídas auxiliares. *P.A compatível com o ambiente: no Mínimo 2 caixas amplificadas (ativa+ativa ou Ativa+passiva) de 500wts rms. *Para o Backline: 1 Notebook para gerenciamento/execução das músicas/programação musical; 2 microfones sem fio. *cabeamento de audio e elétrico suficiente para atender dos os equipamentos. * Todo o sistema deve estar ligado, alinhado e funcionando perfeita mente no momento da passagem do som. * Todos os microfones e cabos devem ser fornecidos pela empresa responsável pelo som.	DIÁRIA	8	R\$ 3.490,09	R\$ 27.920,72	R\$ 5,00
2	<b>Sonorização para eventos de médio porte (Contendo banda):</b> *Para o P.A: 1 mesa digital (sem preferência de marca ou modelo) de no	DIÁRIA	5	R\$ 16.546,24	R\$ 82.731,20	R\$ 20,00





Item	Descrição	Und. Med.	Qtde	Vlr Unit.	Vlr Total	Intervalo de lance
	<p>mínimo de 24 canais e 8 saídas auxiliares.</p> <p>*P.A compatível com o ambiente: no Mínimo 4 caixas de grave duplo de 1600w rms, cada Caixa contend autofalantes de 18 polegadas; no mínimo 6 caixas de line array com 1100wts rms, cada Caixa contento autofalante de 10 ou 12 polegadas de médio e driver de titânio;</p> <p>*Para o Backline:</p> <p>Caixas para retorno de palco que atenda as bandas, sistema de amplificação que possua no mínimo a potência total das caixas acústicas; processador de áudio profissional (vedada utilização de processador automotivo);</p> <p>1 Multicabo com no minimo 12 vias ou sistema sem fio para conexões (não obrigatório em caso da mesa ser montada ao lado do palco e os cabos alcancarem);</p> <p>1 Notebook para gerenciamento/execução das músicas/programação musical;</p> <p>4 Microfones com fio;</p> <p>4 Microfones sem fio;</p> <p>4 Pedestais de microfone;</p> <p>6 Directbox passivos ou ativos, duplos ou mono;</p> <p>1 kit de microfones para bateria de 7pçs</p> <p>* Cabeamento de audio e elétrico suficientes para atender todo o palco e todos os equipamentos main power com circuitos compatíveis com todo o sistema de sonorização e iluminação, contendo inclusive tomadas disponíveis para ligar instrumentos/equipamentos no palco.</p>					



Item	Descrição	Und. Med.	Qtde	Vlr Unit.	Vlr Total	Intervalo de lance
	<p>* Todo o sistema deve estar ligado, alinhado e funcionando perfeitamente no momento da passagem do som.</p> <p>* Todos os microfones, e cabos de instrumentos e afins devem ser fornecidos pela empresa responsável pelo som.</p> <p>Fornecimento de energia elétrica sistema de energia trifásico (ffn) aterrado, estabilizado, 220v/110v.</p> <p>Palco: (cabos devem ser passados no fundo do palco não pela frente ou meio do palco);</p>					
3	<p><b>Sonorização para eventos de médio porte (sem banda):</b></p> <p>*Para o P.A: 1 Mesa digital (sem preferência de marca ou modelo) de no mínimo de 16 canais e 4 saídas auxiliares.</p> <p>*P.A compatível com o ambiente: no Mínimo 4 caixas de grave duplo de 1600w rms, cada caixa contendo autofalantes de 18 polegadas; no mínimo 6 caixas de line array com 1100wts rms, cada Caixa contendo autofalante de 10 ou 12 polegadas de médio e driver de titânio;</p> <p>*Para o Backline:</p> <p>Caixas para retorno que atenda o apresentador do evento, sistema de amplificação que possua no mínimo a potência total das caixas acústicas; processador de áudio profissional (vedada utilização de processador automotivo);</p> <p>1 Multicabo com no minimo 12 vias ou sistema sem fio para conexões (não obrigatório em caso da mesa ser montada ao lado do palco e os cabos alcancarem);</p> <p>1 Notebook para gerenciamento/execução das músicas/programação musical;</p> <p>4 Microfones sem fio;</p>	DIÁRIA	5	R\$ 15.280,25	R\$ 76.401,25	R\$ 20,00



Item	Descrição	Und. Med.	Qtde	Vlr Unit.	Vlr Total	Intervalo de lance
	<p>2 Pedestais de microfones;</p> <p>* Cabeamento de áudio e elétrico suficientes para atender todo o palco e todos os equipamentos.</p> <p>* Todo o sistema deve estar ligado, alinhado e funcionando perfeitamente no momento da passagem do som.</p> <p>* Todos os microfones, cabos e afins devem ser fornecidos pela empresa responsável pelo som.</p> <p>Fornecimento de energia elétrica sistema de energia trifásico (ffn) aterrado, estabilizado, 220v/110v.</p> <p>Palco: (cabos devem ser passados no fundo do palco não pela frente ou meio do palco);</p>					
4	<p><b>Sonorização, para eventos de grande porte:</b></p> <p>*Para o P.A: 1 mesa digital (sem preferência de marca ou modelo) de no mínimo de 32 canais e 16 saídas auxiliares.</p> <p>*P.A compatível com o ambiente: no Mínimo 8 caixas de grave duplo de 1600w rms, cada Caixa contendo autofalantes de 18 polegadas; no mínimo 12 caixas de line array com 1100wts rms, cada Caixa contendo autofalante de 10 ou 12 polegadas de médio e driver de titânio;</p> <p>*Para o Palco: Caixas para retorno de palco que atenda as bandas, sistema de amplificação que possua no mínimo a potência total das caixas acústicas; processador de áudio profissional (vedada utilização de processador automotivo);</p> <p>*Para o Backline:</p> <p>1 power play para fones de ouvidos com no mínimo 8 canais/saídas e 16 pares (mono ou stereo) e cabeamentos para conexão dos fones. 1 Kit de microfones de bateria com 7 (sete) peças;</p>	DIÁRIA	6	R\$ 32.491,53	R\$ 194.949,18	R\$ 40,00



Item	Descrição	Und. Med.	Qtde	Vlr Unit.	Vlr Total	Intervalo de lance
	<p>1 Multicabo com no mínimo 16 vias ou sistema sem fio para conectar a banda</p> <p>1 Notebook para gerenciamento/execução das músicas/programação musical;</p> <p>4 Microfones com fio;</p> <p>4 Microfones sem fio;</p> <p>5 Pedestais de microfone;</p> <p>8 Directbox passivos ou ativos, duplos ou mono;</p> <p>* Cabeamento de audio e elétrico suficientes para atender todo o palco e todos os equipamentos main power com circuitos compatíveis com todo o sistema de sonorização e iluminação, contendo inclusive tomadas disponíveis para ligar instrumentos/equipamentos no palco.</p> <p>* Todo o sistema deve estar ligado, alinhado e funcionando perfeitamente no momento da passagem do som.</p> <p>* Todos os microfones, power clicks ou power play e cabos para fones e instrumentos devem ser fornecidos pela empresa responsável pelo som.</p> <p>* Obrigatória a permanência de 1 técnico responsável pelo P.A e 1 assistente para auxílio no palco durante a passagem do som e evento. Devendo ter capacidade para gerenciar, operar, solucionar eventuais problemas e providenciar quaisquer ações necessárias a mitigar as possíveis intercorrências em qualquer dos elementos do sistema contratado; cabos devem ser passados no fundo do palco não pela frente ou meio do palco.</p>					
5	<p><b>Sonorização para eventos de Grande Porte para Bandas Nacionais,</b></p> <p><b>Características Mínimas:</b></p> <p>Sonorização Profissional com P.A de no mínimo 24 caixas line array cada</p>	DIÁRIA	8	R\$ 56.672,17	R\$ 453.377,36	R\$ 100,00



Item	Descrição	Und. Med.	Qtde	Vlr Unit.	Vlr Total	Intervalo de lance
	<p>caixa contendo: 02 falantes de 10 polegadas, 02 drives e 1.200wts, Sistema montado em box truss;</p> <p>20 caixas de subgrave de 1.600wts com 2 falantes de 18 polegadas; todas as caixas com seus respectivos amplificadores;</p> <p>02 Mesas digitais de no mínimo 48 canais;</p> <p>20 Microfones com fio;</p> <p>10 Microfones sem fio profissional uhf;</p> <p>20 Pedestais modelo girafa;</p> <p>15 Direct box passivo;</p> <p>10 Direct box ativo;</p> <p>01 Kit completo para microfones profissionais de Bateria.</p> <p>01 Processador digital profissional para P.A;</p> <p>01 Cubo de baixo com 01 caixa 4x10 e 01 caixa 1x15 ou similar/superior;</p> <p>01 Cubo de guitarra 4x12;</p> <p>01 Side fill duplo com kf850 e sub850 ou similar;</p> <p>12 Monitores modelo sm400 ou similar/superior com amplificadores;</p> <p>01 Multi cabo de 56 vias ou vários que totalizam 56 acima;</p> <p>20 Praticáveis de 1x2;</p> <p>01 Notebook para execução de mídias</p> <p>01 Mainpower;</p> <p>01 sistema de monitoramento in-ear profissional com fio ou s/ fio de no mínimo 8 vias (adaptável ao Rider)</p> <p>Sistema de cabeamento, tomadas e extensões para atender a banda, ter 3 assistentes no palco com capacidade para resolução de eventuais problemas. o serviço inclui transporte, montagem e desmontagem, os itens deverão ser montados 01 (um) dia antes do evento e desmontados 01 (um) dia após o evento ou logo após o término do evento, em caso de</p>					



Item	Descrição	Und. Med.	Qtde	Vlr Unit.	Vlr Total	Intervalo de lance
	problema com algum item o mesmo deverá ser substituído imediatamente, a empresa deverá apresentar ART (anotação de responsabilidade técnica) para todas as montagens dos itens (caso necessitem). Deverão ser montados conforme layout, Rider técnico ou croqui fornecido pela contratante.					
6	<b>Locação de sistema de iluminação: (médio porte):</b> Grid de treliças em alumínio box Truss Q30, compatíveis com a necessidade do projeto, 01 console de iluminação de 2048 canais sendo 1 de standby ( grand ma2 pc wing ou similar); rack de dimmer com 12 canais de 4000 watts; 12 canais de pro power; 16 refletores de led de 12 watts; 4 elipsoidais de 36 graus; 8 lâmpadas par 64 foco 2 ou 5; 4 strobos atômico 3000; 2 máquinas de fumaça de 1.500 watts; 2 ventiladores; 12 movings beams; 2 refletores minibrutt de 6 lâmpadas; 1 técnico. o serviço inclui transporte, montagem e desmontagem, os itens deverão ser montados 01 (um) dia antes do evento e desmontados 01 (um) dia após o evento ou logo após o término do evento, em caso de problema com algum item o mesmo deverá ser substituído imediatamente, a empresa deverá apresentar art (anotação de responsabilidade técnica) para todas as montagens dos itens. e deverão ser montados conforme layout.	DIÁRIA	5	R\$ 14.769,38	R\$ 73.846,90	R\$ 20,00
7	<b>Locação de sistema de iluminação contendo (grande porte):</b> Grid de treliças em alumínio box, Truss Q30 compatível com a necessidade do projeto, 01 consoles de iluminação de 2048 canais sendo 1 de standby ( grand ma2 pc wing ou similar); rack de	DIÁRIA	10	R\$ 22.206,99	R\$ 222.069,90	R\$ 30,00





Item	Descrição	Und. Med.	Qtde	Vlr Unit.	Vlr Total	Intervalo de lance
	dimmer com 32 canais de 4000 watts; 36 canais de pro power; 32 refletores de led de 12 watts; 8 elipsoidais de 36 graus; 16 lâmpadas par 64 foco 2 ou 5; 30 strobos atômico 3000; 2 máquinas de fumaça de 3000 watts; 2 ventiladores; 36 movings beams; 6 refletores minibrut de 6 lâmpadas; 1 técnico. o serviço inclui transporte, montagem e desmontagem, os itens deverão ser montados 01 (um) dia antes do evento e desmontados 01 (um) dia após o evento ou logo após o término do evento, em caso de problema com algum item o mesmo deverá ser substituído imediatamente, a empresa deverá apresentar art (anotação de responsabilidade técnica) para todas as montagens dos itens. e deverão ser montados conforme layout.					
8	<b>Locação de painel de Led (Tam 3x2):</b> Painel de led com estrutura e equipe de projeção: painel de led de alta resolução p5.0, p3.9 ou superior, com processamento 4k; com sending card; com processadora de vídeo; o sistema de vídeo deve ser compatível para reproduzir simultaneamente o áudio no sistema de som; o sistema deve conter todos os cabos e equipamentos necessários para o bom funcionamento.	DIÁRIA	8	R\$ 4.447,76	R\$ 35.582,08	R\$ 5,00
9	<b>Locação de painel de Led (Tam 4x2):</b> Painel de led com estrutura e equipe de projeção: painel de led de alta resolução p5.0, p3.9 ou superior, com processamento 4k; com sending card; com processadora de vídeo; o sistema de vídeo deve ser compatível para reproduzir simultaneamente o áudio no sistema de som; o sistema deve conter todos os cabos e equipamentos necessários para o bom funcionamento.	DIÁRIA	8	R\$ 4.925,35	R\$ 39.402,80	R\$ 5,00



Item	Descrição	Und. Med.	Qtde	Vlr Unit.	Vlr Total	Intervalo de lance
10	<b>Locação de painel de Led (Tam 5x2):</b> Painel de led com estrutura e equipe de projeção: painel de led de alta resolução p5.0, p3.9 ou superior, com processamento 4k; com sending card; com processadora de vídeo; o sistema de vídeo deve ser compatível para reproduzir simultaneamente o áudio no sistema de som; o sistema deve conter todos os cabos e equipamentos necessários para o bom funcionamento.	DIÁRIA	8	R\$ 9.886,90	R\$ 79.095,20	R\$ 10,00
11	<b>Locação de painel de Led (Tam 8x4):</b> Painel de led com estrutura e equipe de projeção: painel de led de alta resolução p5.0, p3.9 ou superior, com processamento 4k; com sending card; com processadora de vídeo; o sistema de vídeo deve ser compatível para reproduzir simultaneamente o áudio no sistema de som; o sistema deve conter todos os cabos e equipamentos necessários para o bom funcionamento.	DIÁRIA	10	R\$ 12.718,31	R\$ 127.183,10	R\$ 20,00
12	<b>Locação de conjunto de mesa com 4 cadeiras de plástico na cor branca</b>	JG	2100	R\$ 20,65	R\$ 43.365,00	R\$ 0,01
13	<b>Locação de cadeiras de plástico com braços, avulsas na cor branca: medidas mínimas da cadeira: 43 cm largura por 88 cm de altura por 50 cm de comprimento. resistente empilhável</b>	UND	4900	R\$ 8,80	R\$ 43.120,00	R\$ 0,01
14	<b>Locação de Banheiro químico individual:</b> contendo uma caixa de dejetos com assento, porta objetos e suporte para papel higiênico, produzido em polietileno ou material similar, medindo aproximadamente 2,30 metros de altura x 1,10 metros de largura e 1,20 metros de comprimento; peso aproximado de 75 kg e capacidade aproximada de 227 litros, incluindo limpeza nos dias definidos do evento.	UND	42	R\$ 404,75	R\$ 16.999,50	R\$ 0,50



Item	Descrição	Und. Med.	Qtde	Vlr Unit.	Vlr Total	Intervalo de lance
15	<b>Locação de banheiro químico individual para pessoas com deficiência</b> , com montagem, manutenção diária e desmontagem, em polietileno ou material similar, com teto translúcido, dimensões mínimas de 1,50 m de largura x 1,50 m de comprimento x 2,30m altura, composto de caixa de dejetos com capacidade acima de 200 litros, assento sanitário com tampa e descarga; porta papel higiênico, fechamento assento sanitário com tampa e descarga; porta papel higiênico, fechamento resistente à violação e com indicação de livre/ocupado, para uso do público em geral, identificação externa de masculino ou feminino, além de indicar que é para pessoas com deficiência, através de adesivos (ou outro meio a escolha da contratada). é necessário que haja espaço para movimentação da cadeira de rodas do usuário no interior do banheiro, composto de todos os equipamentos e acessórios de segurança que atendam às exigências previstas em normas técnicas aprovadas pelos órgãos oficiais competentes. locação inclui o transporte da estrutura para o local do evento.	UND	42	R\$ 551,35	R\$ 23.156,70	R\$ 1,00
16	<b>Locação de grade de isolamento e contenção, Tamanho mínimo 2,00mt de comprimento e 1,20mt de altura.</b>	UND	200	R\$ 44,90	R\$ 8.980,00	R\$ 0,01
17	<b>Serviços de equipe para transmissão ao vivo</b> , contendo no mínimo câmeras filmadoras 4k 20x. Mesa de corte, Mesa de para mixagem de som, Computador com placa de vídeo Rtx 3060 ou RX 6600xt ou superior para renderização de imagem em tempo real, Monitoramento de pré-visualização Monitor de áudio, dois cinegrafistas, 1 Tripé cabeça hidráulica	DIÁRIA	10	R\$ 12.388,76	R\$ 123.887,60	R\$ 20,00



Item	Descrição	Und. Med.	Qtde	Vlr Unit.	Vlr Total	Intervalo de lance
	para imagem fluida 1 tripé Fotográfico para imagem estática, uso de imagem geral panorâmica. Transmissão ao vivo nas redes sociais e canais da prefeitura contendo os logos dos patrocinadores e as informações conforme a realização do evento.					
18	<b>Locação de tendas 10x10x2,9m:</b> Confeccionada em material resistente compreendendo transporte, montagem, bem como material e pessoal necessário a execução dos serviços, ficando de total responsabilidade todos os ônus por parte da prestadora de serviço caso haja necessidade, sendo, taxas de bombeiro, taxas e laudos técnicos tanto de art e att quando houver necessidade, bem como engenheiro responsável caso necessário.	SRV	15	R\$ 1.204,62	R\$ 18.069,30	R\$ 5,00
19	<b>Locação de tenda 6x6x2,9m,</b> confeccionada em material resistente, compreendendo transporte, montagem e desmontagem, bem como material e pessoal necessário a execução dos serviços, ficando de total responsabilidade todos os ônus por parte da prestadora de serviço caso haja necessidade, sendo, taxas de bombeiro, taxas e laudos técnicos tanto de art e att quando houver necessidade, bem como engenheiro responsável caso necessário	SRV	15	R\$ 746,35	R\$ 11.195,25	R\$ 1,00
20	<b>Locação de 1 bateria completa:</b> 1 Bumbo de 22", 2 tons (10", 12") com tom holder, 1 caixa 14", 2 Surdos (14", 16") com pezinhos, 4 estantes de pratos de ataque, condução e afins, máquina de Chimbal, banco com regulagem e pedal, carpete ou tapete, modelos: Gretsch, Pearl, Tama, DW.	DIÁRIA	10	R\$ 2.768,25	R\$ 27.682,50	R\$ 5,00
21	<b>Locação de Palco: 8x6 de 2,00 metros de altura mínima,</b> Grade para guarda corpo. - escada dupla de 2,40 metros,	DIÁRIA	10	R\$ 14.237,69	R\$ 142.376,90	R\$ 20,00



Item	Descrição	Und. Med.	Qtde	Vlr Unit.	Vlr Total	Intervalo de lance
	com corrimão. - cobertura 2 águas em box truss (linha pesada q30). - lona antichamas. - 06 pés de sustentação, pé direito com 08 metros de altura. - pés ajustáveis - piso emborrachado em compensado naval. - fechamento antichamas vazado (laterais e de fundo). - 06 talhas com elevação de 10 metros e 01 tonelada cada. observação; o mesmo conte aterramento, cintas para esteio, cintas de elevação em cada pé. o serviço inclui transporte, montagem e desmontagem, os itens deverão ser montados 01 (um) dia antes do evento e desmontados 01 (um) dia após o evento ou logo após o término do evento, em caso de problema com algum item o mesmo deverá ser substituído imediatamente, a empresa deverá apresentar art (anotação de responsabilidade técnica) para todas as montagens dos itens. e deverão ser montados conforme layout ou croqui fornecido pela contratante.					
22	<b>Locação de Palco: 14x12 de 2,20 metros de altura mínima.</b> – Grade para guarda corpo. - escada dupla de 2,40 metros, com corrimão. - cobertura 2 águas em box truss (linha pesada q30). - lona antichamas. - 06 pés de sustentação, pé direito com 08 metros de altura. - pés ajustáveis - piso emborrachado em compensado naval. - fechamento antichamas vazado (laterais e de fundo). - 06 talhas com elevação de 10 metros e 01 tonelada cada. observação; o mesmo conte aterramento, cintas para esteio, cintas de elevação em cada pé. o serviço inclui transporte, montagem e desmontagem, os itens deverão ser montados 01 (um) dia antes do evento e desmontados 01 (um) dia após o evento ou logo após o término do	DIÁRIA	10	R\$ 25.058,62	R\$ 250.586,20	R\$ 30,00



Item	Descrição	Und. Med.	Qtde	Vlr Unit.	Vlr Total	Intervalo de lance
	evento, em caso de problema com algum item o mesmo deverá ser substituído imediatamente, a empresa deverá apresentar art (anotação de responsabilidade técnica) para todas as montagens dos itens. e deverão ser montados conforme layout ou croqui fornecido pela contratante.					
23	<b>Palco: 20x12 de 2,20 metros de altura mínima.</b> - Grade para guarda corpo. - escada dupla de 2,40 metros, com corrimão. - cobertura 2 águas em box truss (linha pesada q30). - lona antichamas. - 06 pés de sustentação, pé direito com 08 metros de altura. - pés ajustáveis - piso emborrachado em compensado naval. - fechamento antichamas vazado (laterais e de fundo). - 06 talhas com elevação de 10 metros e 01 tonelada cada. observação; o mesmo conte aterramento, cintas para esteio, cintas de elevação em cada pé. o serviço inclui transporte, montagem e desmontagem, os itens deverão ser montados 01 (um) dia antes do evento e desmontados 01 (um) dia após o evento ou logo após o término do evento, em caso de problema com algum item o mesmo deverá ser substituído imediatamente, a empresa deverá apresentar art (anotação de responsabilidade técnica) para todas as montagens dos itens. e deverão ser montados conforme layout ou croqui fornecido pela contratante.	DIÁRIA	8	R\$ 50.607,99	R\$ 404.863,92	R\$ 100,00
24	<b>Camarim medindo 4x4 em octanorm</b> – especificação mínima: com estrutura completa contendo sala 4,00 x 4,00m e 2,20 de altura, com sanitário, cadeiras, mesa, sofá, transporte, montagem, manutenção diária e desmontagem, para eventos de pequeno, médio e grande porte. Com piso modular	DIÁRIA	8	R\$ 28.475,00	R\$ 227.800,00	R\$ 30,00





Item	Descrição	Und. Med.	Qtde	Vlr Unit.	Vlr Total	Intervalo de lance
	elevado em madeira nivelado conforme necessidade do terreno sobreposto com chapas de compensado 15mm, com carpete, acabamento lateral com chapas de compensado e rampas de acesso. Com pd 2,20m em estrutura de perfis de alumínio, sistema octanorme com fechamento em painéis de ts estrutural 3mm na cor branca e/ou vidro cristal 4mm. Travamento superior em alumínio e fechamento em mdf Branco dupla fase 6mm. Revestimento de piso com carpete tipo forração de 3mm na cor grafite ou manta vinílica padrão bus fixado ao piso do local através de fita dupla face 1ª linha. Iluminação através de lâmpadas de led direcionais e/ou calhas e 04 tomadas padrão abnt tripolares – 10ª. Ligação elétrica com Caixa de distribuição e disjuntores conforme legislação em vigor em ponto de fornecimento de energia do evento até 30m. Climatização através de aparelhos de ar- condicionados tipos split de mínimo 12.000btus. Com extintores de incêndio, luzes de emergência e placas de sinalização e todos os itens exigidos pelo corpo de bombeiros. Compreendendo montagem, desmontagem, ART e equipe de manutenção durante todo o evento, incluindo hospedagem e alimentação. Cada prestação de serviços terá a duração máxima de até 12 horas.					
25	<b>Locação de grupo gerador 340 kva</b> – gerador de energia móvel, silencioso, com capacidade mínima de 340 kva, trifásico, tensão 380/220 watts, 60hz,	DIÁRIA	10	R\$ 8.715,63	R\$ 87.156,30	R\$ 10,00



Item	Descrição	Und. Med.	Qtde	Vlr Unit.	Vlr Total	Intervalo de lance
	com combustível, operador e cabos elétricos para ligação, período de uso de até 12 horas. Todo o transporte, carga e descarga do equipamento, bem como instalação, abastecimento e desinstalação, e todos os serviços necessários ao bom funcionamento e manuseio do equipamento deverão ser feitos por equipe técnica da contratada. A contratada é responsável com as despesas de técnicos, hospedagem, alimentação, transporte, elaboração da art, extintores de incêndio, placas de sinalização e todos os itens exigidos pelo corpo de bombeiro.					
26	<b>Locação de grupo gerador 500 kva</b> – gerador de energia móvel, silencioso, com capacidade mínima de 500 kva, trifásico, tensão 380/220 watts, 60hz, com combustível, operador e cabos elétricos para ligação, período de uso de até 12 horas. Todo o transporte, carga e descarga do equipamento, bem como instalação, abastecimento e desinstalação, e todos os serviços necessários ao bom funcionamento e manuseio do equipamento deverão ser feitos por equipe técnica da contratada. A contratada é responsável com as despesas de técnicos, hospedagem, alimentação, transporte, elaboração da art, extintores de incêndio, placas de sinalização e todos os itens exigidos pelo corpo de bombeiro.	DIÁRIA	10	R\$ 16.831,25	R\$ 168.312,50	R\$ 20,00
27	<b>Serviços de brigadistas</b> que atuarão nos eventos na prevenção e atendimento de Primeiro Socorros, com dias e horários predefinidos pela	SRV	30	R\$ 699,64	R\$ 20.989,20	R\$ 1,00



Item	Descrição	Und. Med.	Qtde	Vlr Unit.	Vlr Total	Intervalo de lance
	contratada, devidamente uniformizados e regularizados pelos órgãos de controle. Cada prestação de serviços/ diária terá a duração máxima de até 12 horas, a diária de 12 horas pode ser realizada de forma parcelada, o que significa que o tempo de trabalho pode ser dividido em períodos menores ao longo do dia. A equipe deve se apresentar 30 minutos antes do evento. A empresa deverá encaminhar Lista com nomes, cópias dos certificados, documentação pessoal (RG e CPF) e demais documentos que se façam necessários, com antecedência de 10 dias antes do evento. A contratada é responsável pelo transporte, hospedagem e alimentação da equipe.					
28	<b>Serviço de segurança</b> - Serviço de segurança desarmada para eventos, capacitados, devidamente credenciados a autorizados junto a delegacia de controle de segurança privada, uniformizados. Cada prestação de serviços/ diária terá a duração máxima de até 12 horas, a diária de 12 horas pode ser realizada de forma parcelada, o que significa que o tempo de trabalho pode ser dividido em períodos menores ao longo do dia. A empresa deverá encaminhar Lista com nomes, cópias dos certificados, documentação pessoal (RG e CPF) e demais documentos que se façam necessários, com antecedência de 10 dias antes do evento. A contratada é responsável pelo transporte, hospedagem e alimentação da equipe	SRV	30	R\$ 630,70	R\$ 18.921,00	R\$ 1,00
<b>Valor Total</b>					<b>R\$ 3.050.021,56</b>	



## 2.1 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

### 2.1.1 As informações constam no item 2 (Tabela de itens)

À contratada desta licitação cabe a total responsabilidade quanto ao correto atendimento, no que se refere às especificações, condições e obrigações estabelecidas.

I Para os serviços de locação de palco e outros, no que couber, a empresa deverá atender as normas de segurança estipuladas pelo Corpo de Bombeiros, bem como a documentação exigida em vistoria, se for o caso.

II Realizar os testes nos equipamentos, após a sua instalação.

## 3. DA FUNDAMENTAÇÃO E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO.

3.1 Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. (Inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 7º, inciso II da IN 40/2020).

3.2 A Fundamentação da Contratação de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, anexo.

## 4. JUSTIFICATIVA DA QUANTIDADE

4.1 Para definição do quantitativo foram levantadas através dos DFDs Documentos de Formalização de Demanda, Junto às secretarias do município de Colorado do Oeste. Anexo ao processo administrativo.

4.2 Tal solicitação visa atender as necessidades da Prefeitura Municipal na realização de eventos e atos públicos municipais. Relativa aos órgãos da PREFEITURA a especificação dos equipamentos é para realização de eventos de pequeno, médio porte e grande porte.

4.3 Em face da aplicação das políticas de cultura com o objetivo de incentivar e promover a nossa diversidade cultural através de realização de festas. Os eventos serão mais uma alternativa de entretenimento e integração da comunidade, além de ser um incremento de receita para o município, em virtude do grande fluxo de pessoas que participam dos eventos, movimentando os setores de hotelaria, alimentação e o comércio local.

4.4. A locação de banheiros químicos, a necessidade se faz devido a eventos que acontece em locais que não possuem o banheiro permanente, podendo ser manuseado em outros locais. Deste modo se faz necessário para a utilização em eventos em ambiente abertos, proporcionando a população e o servidores bem-estar e conforto.

4.5 A contratação de uma empresa especializada para o serviço de propaganda de rua é uma medida estratégica e eficaz para promover a conscientização da população. Abaixo estão algumas justificativas para essa contratação:

1. **Alcance Amplo e Abrangente:** Uma empresa especializada em propaganda de rua pode garantir que a informes importantes alcance uma ampla gama de pessoas, incluindo aquelas que podem não ter acesso fácil a outros meios de comunicação, como internet, televisão ou rádio.

2. **Segmentação de Público:** Essas empresas têm a capacidade de direcionar a mensagem de acordo com os grupos demográficos específicos que precisam ser alcançados.

3. **Impacto Visual e Criativo:** A propaganda de rua pode ser altamente visual e criativa, usando elementos como cartazes coloridos, adesivos chamativos e intervenções artísticas. Isso ajuda a chamar a atenção das pessoas e a tornar a mensagem mais memorável.

4. **Engajamento Direto com a Comunidade:** Ao realizar a propaganda de rua, as empresas especializadas têm a oportunidade de interagir diretamente com os membros da comunidade, esclarecendo dúvidas e fornecendo informações.

5. **Rápida Disseminação de Informações:** A propaganda de rua permite que informações sobre datas, locais sejam divulgadas rapidamente e de forma ampla, especialmente úteis durante campanhas de vacinação em massa ou em resposta a surtos de doenças.



**6. Monitoramento e Avaliação:** Empresas especializadas geralmente têm ferramentas e técnicas para monitorar o impacto das campanhas de propaganda de rua, incluindo feedback da comunidade, análise de mídia e métricas de engajamento. Isso permite avaliar a eficácia das campanhas e ajustar a estratégia conforme necessário.

**7. Conformidade com Regulamentos:** Uma empresa especializada estará ciente dos regulamentos locais e nacionais relacionados à publicidade de saúde, garantindo que todas as mensagens sejam éticas, precisas e estejam em conformidade com as diretrizes governamentais.

Desta forma, a prestação de serviço de sonorização (fixa e volante), locação de tendas e banheiros químicos é necessária para composição dos eventos realizados pelo Município de Colorado do Oeste/RO para possibilitar a execução satisfatória das atividades anuais, assim como irá possibilitar o aprimoramento dos procedimentos administrativos.

4.7 Portanto, é indispensável à utilização o registro de preço deste serviço para as que as secretarias municipais possam no decorrer do ano realizar as solicitações de forma rápida conforme as necessidades forem surgindo.

## **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

5.1 Além das exigências do ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, ID 545529,

5.2 Os serviços devem ser de primeira qualidade incluindo padrões mínimos de qualidade para possibilitar a seleção da proposta mais vantajosa.

5.3 A licitante vencedora do certame se obrigará a executar os serviços, objeto desta licitação, a ela adjudicada, com a qualidade padrão requerida de mercado, no local indicado pelas Secretarias Municipais, e ainda, cumprir e fazer cumprir as exigências técnicas e fiscais previstas em contrato, e inclusive as seguintes:

- a) Fornecer/Executar os materiais/serviços com a qualidade e na forma exigida em Lei e no edital, cumprindo as condições e os prazos estabelecidos;
- b) Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução do contrato, inclusive tributos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas e quaisquer outras que forem devidas em relação ao fornecimento;
- c) Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, a respeito da execução do contrato sempre que for necessário;
- d) Responder pelos danos causados diretamente a Administração Municipal e/ou a terceiros, decorrentes da culpa ou dolo na execução do objeto.
- e) Reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer ou refazer, prioritária e exclusivamente à sua custa e risco, num prazo máximo de 10(dez) dias contados da notificação que lhe for entregue oficialmente, quaisquer vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas e imperfeições nos materiais, decorrente de culpa ou dolo da empresa fornecedora e dentro das especificações.

5.4 O licitante deve proporcionar entrega dos serviços, para atender necessidades administrativas da Secretaria, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas a serem estabelecidas neste instrumento.

5.5 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

5.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

5.7 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;



5.8 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.9 Obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE;

5.10 Preferências para matérias, tecnologias e matérias-primas de origem local.

5.11 Maior geração de empregos, preferencialmente mão-de-obra local.

5.12 O licitante deverá atender no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental.

5.13 Destaca-se, as recomendações contidas na Lei de Licitações nº 14.133/2021 que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e a Lei nº 12.305/2010 que institui a política de resíduos sólidos, no que couber.

## **6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO.**

6.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

## **7. PESQUISA DE PREÇOS**

7.1 Os valores máximos constam no item 2 - Tabela de itens.

7.2 as fontes pesquisadas e a metodologia adotada na formação do(s) preço(s) máximo(s) foram: Foi adotada pesquisa no banco de preço com fornecedores ou prestadores de serviços, sendo obtida a média dos mesmos.

## **8. PARCELAMENTO DO OBJETO**

8.1 Nos termos do §2º, inciso II e III do art. 40 da Lei Federal nº 14.133/2021, a presente contratação será **MENOR PREÇO POR ITEM** visando o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, ampliação da competição com vistas à economicidade.

## **9. SUSTENTABILIDADE**

9.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos conforme a Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, Capítulo III, art 5 do MPOG, quando couber:

9.1.1 que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT NBR 15448-1 e 15448-2;

9.1.2 Que os bens devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento e;

9.1.3 que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

## **10. CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

10.1 Nos termos do art. 48, I da Lei Complementar n.º 123/2006, os itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) serão destinados exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte.





## 11. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

11.1 Os objetos dessa licitação são classificados como bens comuns, pois possuem especificações usuais de mercado e padrões de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o art. 6º da Lei nº 14.133/2021, **Inciso XIII, Decreto Municipal nº 029/2024.**

11.2 O Prazo de vigência do instrumento Contratual/Empenho será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser alterada ou prorrogada, na forma do artigo 106 e 107 da Lei 14.133/2021.

11.3 Por tratar-se de registro de preços com validade de 12 (doze) meses, considerando que este prazo venha a atingir mais de um exercício, e que caso os empenhos efetuados não podem ser utilizados em diferentes exercícios, logo estes empenhos poderão ser cancelados em 31/12/2025, devendo serem efetuados novos empenhos no exercício seguinte.

11.4 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 12. DAS CONDIÇÕES E DO PRAZO DA ENTREGA, E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

12.1. O prazo para os equipamentos estarem montados e disponíveis para funcionamento com antecedência será de no mínimo **03 (três) horas** antes dos eventos.

12.2 Após o recebimento da nota de empenho a empresa vencedora do certame deverá cumprir o calendário repassado pelas secretarias juntamente com a nota de empenho devendo realizar os serviços nas datas estipuladas.

12.3. O objeto contratado deverá ser executado conforme os pedidos de empenhamento, feitos pela Prefeitura Municipal de Colorado Oeste/RO, conforme quantidade e especificações pactuadas, observando as disposições do Edital e Ata.

12.4 Caberá ao responsável pela fiscalização do contrato o controle do cumprimento do prazo de entrega por parte da empresa fornecedora, devendo informar à Administração o os casos de descumprimento para fins de análise de aplicação de sanções administrativas.

12.5 Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de entrega estabelecido, deverá encaminhar ao setor detentor da ordem de fornecimento e/ou empenho, a solicitação de prorrogação de prazo de entrega, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega.

12.6 A comprovação de que trata o item 10.6 deverá ser promovida não apenas pela alegação da empresa contratada, mas por meio de documento que relate e justifique a ocorrência que ensejará o descumprimento de prazo, tais como: carta do fabricante/fornecedor, laudo técnico de terceiros, Boletim de Ocorrência de Sinistro, ou outro equivalente.

12.7 A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pela PMC/Setor detentor da Ordem de Fornecimento e/ou Empenho na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão proferida.

12.8 A convocação para fornecimento do serviço será feita através da emissão e encaminhamento da Nota de Empenho ou Ordem de Serviço à Adjudicatária.

12.9 A convocação será realizada via e-mail (informado pela adjudicatária em sua proposta), com aviso de recebimento, acompanhado do anexo do contrato, se for o caso, para impressão, assinatura e devolução via postal. Através do mesmo endereço eletrônico, a Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste enviará as comunicações necessárias durante a execução do contrato.

12.10 O prazo para assinatura e postagem será de até 3 (três) dias úteis para Ata e Contratos, a contar da data de confirmação do recebimento do e-mail. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato,

caracterizarão descumprimento total da obrigação assumida, após a devida notificação, sujeitando-a à



perda do direito à contratação, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis previstas em Lei e no instrumento convocatório.

12.11 Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail e/ou digital, far-se-á a remessa do contrato por via postal, para assinatura da adjudicatária.

12.12 As comunicações oficiais referentes à presente contratação poderão ser realizadas através de e-mail corporativo, reputando-se válidas as enviadas em e-mail incluído na proposta ou documentos apresentados pela empresa.

12.13 A ciência do ato será a data de confirmação da leitura do seu teor pelo destinatário, sendo considerada válida, na ausência de confirmação, a comunicação na data do término do prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data do seu envio.

12.14 A recusa da empresa em receber a Ordem de Fornecimento, durante a vigência da proposta, caracteriza-se como descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a à aplicação de penalidades na forma prevista neste termo.

12.15 Os bens/serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 02(dois) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

12.16 Os bens/serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no mesmo prazo estipulado para a entrega da ordem de compra, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

12.17 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 3 (três) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

12.18.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

12.19 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

12.20 Os equipamentos e estruturas deverão estar em perfeito estado de conservação e obedecendo às normas da ABNT e serem aprovados pelo INMETRO, conforme natureza do item.

12.21 A contratada se obriga a ajustar, refazer e ou substituir qualquer equipamento ou estrutura entregue, que pelo material utilizado ou defeito na fabricação prejudique a instituição;

12.22 Não ocorrência o gestor do contrato fará a solicitação para ajustar, refazer ou substituir o (s) produto(s), objeto(s) dessa Licitação, sendo que se esta não atender ao solicitado sofrerá as penalidades previstas em lei;

### **13. DA LIQUIDAÇÃO**

13.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias para fins de liquidação.

13.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento. Tais como:

13.2.1. O prazo de validade

13.2.2. A data da emissão

13.2.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

13.2.4. O período respectivo de execução do contrato;



13.2.5. O valor a pagar; e

13.2.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis

13.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

13.4 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.5. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

13.6 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

#### **14. PRAZO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

14.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

14.2 O pagamento será creditado em favor da contratada através de transferência bancária, de acordo com as informações indicadas nos autos, devendo ficar explícito o nome do banco, número da agência e o número da conta em que deverá ser efetivado o crédito.

14.3 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.4 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

14.5 Os pagamentos serão realizados por transferência online em conta corrente, preferencialmente nas Agências do Banco do Brasil. Para outras Agências estão sujeitas à cobrança de taxas (TED ou DOC), este valor será descontado do fornecedor contratado;

14.6 A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

14.7. Conforme Decreto Municipal nº 284 de 29 de Agosto de 2023 ([https://transparencia.coloradodoeste.ro.gov.br/transparencia/aplicacoes/publicacao/detalhe\\_documento.php?id\\_publicacao=18509&nomeaplicacao=publicacao](https://transparencia.coloradodoeste.ro.gov.br/transparencia/aplicacoes/publicacao/detalhe_documento.php?id_publicacao=18509&nomeaplicacao=publicacao)). Este decreto regulamenta a retenção de Imposto de Renda na fonte, conforme Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012. A retenção do Imposto de Renda será feita na fonte, ou seja, o Município de Colorado do Oeste já irá reter o Imposto de Renda ao efetuar pagamentos de produtos e serviços adquiridos a partir do dia 1º de Setembro de 2023. Para tanto, o fornecedor do produto/serviço emissor da nota deverá discriminar no campo adequado da Nota Fiscal a alíquota correta para o desconto.

14.8 As notas fiscais devem ser emitidas para a Razão Social especificada nas Informações para o Fornecedor das Ordens de Fornecimento/Empenho, constando número do empenho, item e validade dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

14.9. Notas Fiscais de Serviço, Impostos e retenções (ISS), Os pagamentos sofrerão retenção de ISS nos serviços executados no município de Colorado do Oeste - RO, conforme LC 94/2020 ISSQN/Municipal.

14.10 Para a efetivação do pagamento o licitante deverá manter as condições previstas do edital de credenciamento no que concerne a PROPOSTA e a HABILITAÇÃO.



## **15. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO.**

15.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, **com fundamento na hipótese do art. 6º, inciso XLI da Lei n.º 14.133/2021**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**,

15.2 A entrega dos objetos deste termo de referência, será de forma parcelada, conforme necessidade, devendo ser apresentada as ARTs de montagem de tendas, som, serviços em eletricidades, e demais serviços de engenharia, juntamente com memorial descritivo com **30 DIAS** de antecedência do evento para elaboração do Projeto de Evento Temporário (PET) por parte da Prefeitura Municipal.

15.3 Para que o objeto da contratação seja efetivado, é necessário o atendimento de alguns requisitos de acordo com as características do objeto, dentre eles os de qualidade e capacidade de execução pelo contratado, minimamente os dispostos nos artigos 62, 66, 67, 68 e 69 da Lei Federal 14.133/2021.

15.4 Sendo assim, os documentos exigidos serão:

### **15.4.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA**

I- **No caso de empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

II- **Em se tratando de microempreendedor individual - MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

III- **No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI E ME**: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

IV- Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

V- **No caso de sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

VI- **No caso de cooperativa**: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei n. 5.764, de 1971;

VII - Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

### **15.4.2 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

I- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

II- Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal.

III- Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

IV- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título.

VII - A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de junho de 1943;

V- Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

VI- Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;



VII- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, que deverá ser comprovada através de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa.

VIII- Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

### 15.4.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

15.4.3.1. Para fins de comprovação da **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**, deverá o licitante apresentar, o(s) seguinte(s) documento(s):

I. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea c, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

II. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor ([Lei](#) nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

III. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

IV. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

V. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

VI. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

VII. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

VIII. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

IX. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### 15.4.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A empresa deverá apresentar a documentação de regularidade fiscal prevista no artigo 62 da Lei 14.133/2021 e, ainda, no caso de a presente contratação incluir:

**a)** Atestado de capacidade técnico operacional da empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que entregou, satisfatoriamente, objeto compatível em características com hora licitado. O atestado poderá ser objeto de diligência, a qualquer momento, por parte do Pregoeiro e da Comissão de Apoio, junto à Pessoa Jurídica que o forneceu, inclusive com a solicitação da comprovação, mediante cópias autenticadas dos contratos que lhe deram origem e visita às Pessoas Jurídicas que os expediram (**todos os itens**).

**b)** Apresentar certificado de NR10 válido para trabalhos com eletricidade sendo do engenheiro ou de quem for realizar o serviço podendo ser este terceirizado (com comprovação por meio de contrato de prestação de serviços) (**para os itens: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 24, 25 e 26**).

**c)** Apresentar certificado de NR35 válido para trabalhos em altura sendo do engenheiro ou de quem for realizar a montagem das estruturas podendo ser este terceirizado (com comprovação por meio de contrato de prestação de serviços). Sendo também dispensável no caso do serviço de montagem ser feito por içamento ou abaixo de 2 metros de altura, que neste caso a empresa vencedora deverá apresentar uma



declaração de dispensa de NR 35 assinada pelo proprietário da empresa licitante (modelo a critério da empresa)(**para os itens: 1,2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 18, 19, 21, 22, 23 e 24**).

**c)** Apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica (ARTs) ou Certidão de Acervo técnico (CAT) de execuções semelhantes já realizados pelo(s) engenheiro(s) contratado(s) para validação dos serviços relacionados ao objeto licitado (**Itens: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 18, 19, 21, 22, 23 e 24**).

**d)** Apresentar Certidão de Quitação de Registro no CREA do engenheiro juntamente com comprovação do vínculo profissional com a mesma através de: contrato social (no caso de participe da sociedade), CTPS (no caso de empregado celetista), contrato de prestação de serviços (no caso de relação autônoma) (**Itens: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 18, 19, 21, 22, 23 e 24**).

**e)** Ter a Licença ambiental de operações (LAO) e destinação dos dejetos finais, em estação de tratamento de esgoto (ETE), apenas para o item banheiro químico (**Itens 14 e 15**).

**f)** Apresentar uma Autorização Ambiental para Transporte de Resíduos (AART) ou documento equivalente válida para a frota a ser utilizada, a fim de garantir que o resíduo seja transportado de forma segura e rastreável até o destino final licenciado, em conformidade com as normas ambientais e de transporte de cargas. (**Itens: 14 e 15**).

**g)** Comprovação da habilitação de brigadistas (**item 27**): Certificado de treinamento e reciclagem emitidos por instituições reconhecidas, em caso de formação recente válido apenas o certificado de treinamento.

**h)** Comprovação da habilitação de Seguranças (**item 28**): Certificado de treinamento e reciclagem emitidos por instituições reconhecidas pela Polícia Federal, em caso de formação recente válido apenas o certificado de treinamento.

15.4.4.1 Caso haja necessidade, a Administração reserva-se ao direito de solicitar a apresentação de cópia(s) da(s) Nota(s) Fiscal(is) e correspondentes ao(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentados. As certidões deverão estar válidas na data da solicitação dos documentos de habilitação, salvo os casos beneficiárias da lei 123/2006.

## **16. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

16.1 Fica a empresa contratada dispensada da apresentação de garantia contratual, conforme previsto no art. 96 da lei Federal 14.133/2021.

## **17. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.**

Não se aplica

## **18.1 DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

18.1.1 Serão reajustados os preços, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para reajuste, conforme o IPCA.

18.1.2 Será admitido o reequilíbrio econômico-financeiro, de acordo com o inciso II, art. 124 da lei 14.133/2021, para restabelecer a relação inicialmente pactuada objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, em decorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do objeto ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, devendo ser requerido e comprovado pela CONTRATADA.

18.1.3 O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 124 da Lei 14.133/2021 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora.

## **19. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**



19.1 O custo estimado da contratação é de **R\$ 3.079.030,36 (três milhões, setenta e nove mil, trinta reais e trinta e seis centavos)**, apurado a partir de mapa de preços constante do processo administrativo.

## **20. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

20.1 Os recursos para pagamento das despesas do presente processo estão devidamente assegurados, conforme as rubricas orçamentárias abaixo.

20.2 - A contratação será atendida pela seguinte dotação (**Conforme DFD da Secretaria**): anexo nos Autos do Processo Administrativo.

20.3 Da fonte de recursos: Próprio/Convênio

## **21. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

21.1. A fiscalização decorrente desta contratação, será acompanhada e fiscalizada pelo servidor a ser indicado pelas Secretarias, ou pelo respectivo substituto designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição, nos termos do artigo 117 da Lei 14.133/2021.

21.2 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

21.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

21.4 O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

21.5 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

21.6 O gestor do contrato, (será definido pela (SEMPLAFIN), devendo o Gestor:

I - Analisar a documentação que antecede o pagamento;

II - Analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

III - Analisar eventuais alterações contratuais, depois de ouvido o fiscal do contrato;

IV - Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;

V - Acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;

VI - Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;

21.7. O contratado deverá indicar um responsável legal com respectivos contatos (e-mail, celular e Whatsapp), com poderes para representá-lo perante essa Municipalidade na execução do contrato decorrente da licitação objeto deste termo de referência.

## **22. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

22.1 Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

a) Der causa à inexecução parcial do contrato;

b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) Der causa à inexecução total do contrato;

d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;





- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

22.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c e d do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas e, f, g e h do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c e d, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- d) Multa por Descumprimento Contratual (Compensatória): multa compensatória, arbitrada em valor compatível e proporcional aos possíveis danos causados à administração;
- e) Multa por Atraso: a empresa contratada ficará sujeita a multa diária de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de até 30 dias, a contar da comunicação oficial. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- f) A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

22.3 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

22.4 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

22.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

22.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo nela constante.

22.7 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

22.8. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

22.9. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

22.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora



ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

22.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

22.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

## **23. DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

23.1 Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

23.2. As contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgão participantes. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

## **24. DO REGISTRO ADICIONAL DE PREÇOS**

24.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante vencedor;

24.2. Para registro adicional de preços dos demais licitantes será exigido à análise das documentações de habilitação;

24.3 A apresentação de novas propostas não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante vencedor;

24.4. Além do preço do 1º (primeiro) colocado, serão registrados preços de outros fornecedores, desde que as ofertas sejam em valores iguais ao do licitante vencedor;

## **25. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

25.2. O objeto desta Ata enquadra-se como serviço contínuo, de modo que o prazo de vigência inicial da contratação será de 12 (doze) meses, contados da sua publicação no PNCP, podendo ser prorrogável por até 10 (dez) anos, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme previsão do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

**25.3. Considerando a Resolução nº 434/2024/TCERO, no ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preço, atendidas as condições previstas no art. 84, da Lei nº 14.133/2021, poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.**

## **26. DA SUBCONTRATAÇÃO, FUSÃO, CISÃO OU INCORPORAÇÃO.**

26.1. A contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, as obrigações assumidas sem expressa concordância da Contratante.

## **27. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**



27.1. A Contratação que se segue está evidenciada no PCA 2026, que já se encontra publicado no portal transparência do Município.  
(<https://transparencia.coloradodoeste.ro.gov.br/transparencia/index.php?link=aplicacoes/publicacao/frmpublicacao&grupo=&nomeaplicacao=publicacao>).

## **28. DISPOSIÇÕES GERAIS**

28.1. Está vinculado a este Termo de Referência às Leis nº 14.133/2021, Decretos Municipais, bem como as demais legislações de vigência.

28.2. Fica ressaltada a possibilidade de alteração das condições avençadas em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.

28.3. Fica eleito o foro da Comarca de Colorado-RO como o único capaz de dirimir as dúvidas oriundas do Contrato, caso não sejam dirimidas amigavelmente.

28.4. Este termo de referência foi elaborado com base nas informações constantes no Estudo Técnico Preliminar, anexo nos Autos do Processo Administrativo.



## ANEXO II

**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS)**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE RO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026**

LICITANTE \_\_\_\_\_ CNPJ: \_\_\_\_\_ TEL. FAX: \_\_\_\_\_  
E-MAIL: \_\_\_\_\_ ENDEREÇO: \_\_\_\_\_  
C. CORRENTE: \_\_\_\_\_ AG.: \_\_\_\_\_ BANCO: \_\_\_\_\_

Item	Quant.	Und	Descrição do objeto	Marca	Valor unitário	Valor Total
VALOR TOTAL EM R\$						

Prazo de validade da Proposta: \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) dias (mínimo 60 dias)

Outras informações:

- Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.
- Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.
- Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos em assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

Nome e assinatura do Representante Legal



### ANEXO III

#### MODELO DE MINUTA DE CONTRATO

Pregão Eletrônico Nº 02/2026

CONTRATO, que entre si fazem, de um lado o **MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE**, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Av. Paulo de Assis Ribeiro, nº 4.132, inscrita no CNPJ nº 04.391.512/0001-87, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Colorado do Oeste, RO, a seguir denominado simplesmente **MUNICÍPIO**, e de outro a empresa \_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_, nº \_\_\_\_, bairro \_\_\_\_, no Município de \_\_\_\_/\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_, a seguir denominado simplesmente **CONTRATADO**, neste ato representada pelo(a) Senhor(a) \_\_\_\_\_, Identidade RG nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, os quais têm certo e ajustado o presente Contrato, o qual reger-se-á pelas cláusulas e condições a seguir descritas, com inteira submissão à Lei Federal nº 14.133/21.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E AMPARO LEGAL

I. Constitui objeto **Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Sonorização, Iluminação, Projeção, Palco, Locação de Tendas e Banheiros Químicos, com itens exclusivos para MEI, ME E EPP, com prioridade local e regional**, em conformidade com as especificações e descrições do Termo de Referência-Anexo I e modelo proposta de preços-Anexo II do edital amparado legalmente por nota de empenho.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO DE ENTREGA/PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

De acordo com o item 12.1 do Termo de Referência.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - LOCAIS A SEREM ATENDIDOS

Conforme o termo de referência anexo I.

#### CLÁUSULA QUARTA - MEDIÇÃO E PAGAMENTO

De acordo com o item 14 do Termo de Referência

#### CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além das obrigações resultantes da observância da Lei Federal nº 14.133/2021, são obrigações da Contratada:

- I. Arcar com as despesas concernentes ao fornecimento do objeto compreendendo transporte (frete), entrega, encargos sociais, tributos, impostos, taxas, seguros e quaisquer outros encargos que incidam direta ou indiretamente no fornecimento e emplacamento;
- II. Trocar/substituir, reparar/corrigir, de maneira imediata o bem caso venham a ser recusadas no ato de recebimento;
- III. Assumir os ônus e responsabilidades pelo recolhimento de todos os tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Termo de Referência;
- IV. Cumprir, às suas expensas, todas as condições que definam suas obrigações;
- V. Em nenhuma hipótese poderá veicular publicidade acerca dos bens adquiridos pela contratante sem prévia autorização;
- VI. Prestar esclarecimentos solicitados e atender às reclamações formuladas, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, acompanhamento, controle e avaliação desta



Administração, através do servidor municipal responsável por acompanhar a entrega do equipamento, fiscalizar a execução do objeto e atestar o recebimento do objeto;

VII. Responder integralmente por perdas e danos a que vier causar à Administração ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações ou penalidades legais a que estiver sujeita;

VIII. Comunicar imediatamente e por escrito à Administração, através da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

IX. Obrigar-se a manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme Lei Federal 14.133/2021.

X. Responsabilizar-se pelo fornecimento do serviço, de acordo com o cronograma disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Colorado, com antecedência de 03 (três) dias úteis;

XI. Auxiliar na Retirada das licenças necessárias para prestação do serviço de obrigatoriedade da empresa contratada;

XII. Colocar à disposição da contratante, todos os meios necessários para comprovação da qualidade dos equipamentos, permitindo a verificação de sua conformidade, com as especificações e exigências do processo;

XIII. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação;

XIV. Deverá se responsabilizar pela montagem e desmontagem dos equipamentos e estruturas durante o evento, bem como pela sua guarda e vigia enquanto montado;

XV. Responsabilizar-se por danos materiais e pessoais decorrentes de defeitos nas estruturas e equipamentos utilizados;

XVI. Fornecer o serviço pelo tempo de duração do evento mantendo toda a estrutura montada quando o evento necessitar de mais de 1 (um) dia de realização;

XVII. Fica expressa que todas as despesas geradas serão de inteira responsabilidade da empresa registrada, inclusive as obrigações previdenciárias e trabalhistas;

XVIII. Instruir seus empregados a respeito das disposições presentes neste Contrato mantendo, durante toda a sua execução, as condições de habilitação e qualificações exigidas no ato convocatório;

**XIX. Responsabilizar-se pelo transporte, instalação, desinstalação e entrega de estruturas e equipamentos em locais pré-determinados pela CONTRATANTE.**

XX. Realizar os testes nos equipamentos, após a sua instalação e utilizar-se de ferramentas adequadas e recomendadas em especificações técnicas e manuais dos fabricantes dos respectivos equipamentos;

XXI. Refazer os serviços executados com falhas ou imperfeições de qualquer natureza e promover a troca de materiais rejeitados, sempre às suas expensas, quando solicitados pela CONTRATANTE, dentro do prazo máximo de 06 (seis) horas após notificação;

XXII. Permitir e facilitar, a qualquer tempo, a fiscalização pela CONTRATANTE dos serviços a serem executados;

XXIII. Fazer por sua conta e risco os testes e demais provas exigidas por normas técnicas.

XXIV. Responsabilizar-se integralmente pelos atos de seus empregados praticados nas dependências da CONTRATANTE ou mesmo fora delas, que venha a causar danos a esta ou a seus funcionários, com a substituição imediata destes;

XXV. Responsabilizar-se por todos os danos ou prejuízos que vier a causar à CONTRATANTE, seus bens, pessoas ou bens de terceiros, em decorrência do descumprimento das condições aqui definidas, por falha na execução dos serviços ou por emprego de peças inadequadas;

XXVI. Todos os materiais de uso corrente necessários à instalação do objeto do presente Termo de Referência serão fornecidos pela Contratada, inclusive ferramentas, máquinas e equipamentos de proteção



e segurança do trabalho (EPs- equipamentos de proteção individual e EPCs equipamentos de proteção coletiva);

XXVII. Os equipamentos e estruturas deverão estar em perfeito estado de conservação e obedecendo às normas da ABNT e serem aprovados pelo INMETRO, conforme natureza do item;

XXVIII. A empresa deverá disponibilizar técnico responsável, quando necessário, e também o telefone e o endereço eletrônico para envio de solicitações;

XXIX. Para os serviços de locação de palco e outros, no que couber, a empresa deverá atender as normas de segurança estipuladas pelo Corpo de Bombeiros, bem como a documentação exigida em vistoria, se for o caso;

XXX. Fornecer com pontualidade os produtos solicitados conforme solicitação/requisição de produtos emitida pela Secretaria/Órgão Participante devidamente assinada por servidor competente para tal no prazo máxima de 03(três) dias e em caso de atraso na entrega a fornecedora Contratada deverá justificar por escrito o motivo do atraso;

XXXI. É de responsabilidade da Contratada as despesas relativas a taxas de bombeiros, taxas e laudos técnicos tanto de ART e ATT, no que couber.

XXXII. Por tratar-se de processo eletrônico o fornecedor poderá se credenciar junto ao site: [www.coloradodoeste.ro.gov.br](http://www.coloradodoeste.ro.gov.br), ou em contato com o protocolo desta prefeitura, fone: (69) 3341-3421, com o credenciamento poderá acompanhar seus empenhos e processos, bem como assinar eletronicamente a demanda de documentos podendo enviar e receber documentos instantaneamente;

XXXIII. Tratar os dados pessoais envolvidos necessários à execução do presente instrumento, exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam, bem como a toda a legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive, mas não se limitando à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal n. 13.709/2018.)

#### **A CONTRATADA não será responsável:**

I. Por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou força maior;

II. Por quaisquer trabalhos, serviços ou responsabilidades não previstos neste Termo e Edital.

#### **CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

I. Além das obrigações resultantes da observância da Lei Federal nº 14.133/2021, são Obrigações da Contratante:

II. Exercer a fiscalização do objeto entregue, na forma prevista na Lei Federal 14.133/2021, procedendo ao atesto das respectivas faturas, com as ressalvas e/ou glosas que se fizerem necessárias;

III. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas no contrato;

IV. Efetuar o pagamento dos bens entregues nas condições estabelecidas;

V. Rejeitar, no todo ou em parte, os bens entregues em desacordo com as respectivas especificações;

IV. O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pela perfeita execução do contrato, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto contratado, se a qualquer tempo se verificar vícios ou defeitos;

VII. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto;

VIII. Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre as irregularidades observadas;

IX. Notificar a Contratada por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

X. Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

XI. Disponibilizar área limpa, plana e desimpedida para a instalação dos equipamentos e estruturas, bem como ligação externa do equipamento a rede de energia, aterramento, água e esgoto quando necessário.





XII. Disponibilizar os documentos necessários para a liberação do Corpo de Bombeiros para a devida execução do serviço solicitado, impreterivelmente em tempo hábil para realização do evento.

XIII. Tratar os dados pessoais envolvidos necessários à execução do presente instrumento, exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam, bem como a toda a legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive, mas não se limitando à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal n. 13.709/2018.).

#### **DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE**

O CONTRATANTE reserva-se o direito de uso das seguintes prerrogativas, naquilo que for pertinente a este Contrato:

I - Modificá-lo unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do CONTRATADO;

II - Rescindi-lo unilateralmente, nos casos especificados nos incisos I a IX do artigo 137 da Lei Federal n. 14.133/2021;

III - Fiscalizar-lhe a execução;

IV - Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO/EXECUÇÃO CONTRATUAL**

I. FISCAL DE CONTRATO: A DEFINIR PELA PREFEITURA.

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

II. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

III. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

IV. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

V. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

VI. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

VII. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN 5, art. 44, §1º).

VIII. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

IX. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).



X. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

XI. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das sanções cabíveis e que ultrapasse sua competência.

XII. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 e 140 da Lei nº 14.133, de 2021.

XIII. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

XVI. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

XV. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

XVI. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

XVII. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação fiscal empresa:

XVIII. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais estaduais, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

## **CLÁUSULA OITAVA - GESTÃO DO CONTRATO**

I. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

II. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

III. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

IV. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas.

V. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

VI. **Prazo do contrato:** O contrato poderá ter vigência de até 5 anos, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por até 10 anos, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.



## **CLÁUSULA NONA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

I. Ficará impedida de licitar e contratar com a administração pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no Contrato e das demais cominações legais, a empresa que:

- a) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- b) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

II. A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará a CONTRATADA às sanções no Art. 156, da Lei nº 14.133/21, podendo a CONTRATANTE, a extensão da falta ensejada, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária de licitar e impedimento de contratar com a ADMINISTRAÇÃO pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

III. A multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, observados os seguintes percentuais:

- a) 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor estimado do contrato limitado a 10% (dez por cento) por dia de atraso, no caso de retardamento da execução contratual;
- b) 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato no prazo e condições estabelecidos;
- c) Aplicar-se-á no caso de inexecução total ou parcial, o percentual de 10% (dez por cento), sobre o valor total do objeto contratado;

IV. As demais sanções poderão ser aplicadas junto à multa, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO, FUSÃO, CISÃO OU INCORPORAÇÃO.**

I. A contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, as obrigações assumidas sem expressa concordância da Contratante.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTE**

I. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 124 da Lei 14.133/2021 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

I. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, porquanto o objeto da presente contratação não gera obrigações posteriores para a contratada, bem como a possibilidade de ocorrência de prejuízos financeiros inerentes à execução do contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS TRIBUTOS E DEMAIS ENCARGOS:**



- I. Os tributos, impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, que sejam devidos em decorrência direta ou indireta do Contrato, serão de exclusiva responsabilidade da Contratada;
- II. Conforme Decreto Municipal nº 284 de 29 de Agosto de 2023 ([https://transparencia.coloradodoeste.ro.gov.br/transparencia/aplicacoes/publicacao/detalhe\\_documento.php?id\\_publicacao=18509&nomeaplicacao=publicacao](https://transparencia.coloradodoeste.ro.gov.br/transparencia/aplicacoes/publicacao/detalhe_documento.php?id_publicacao=18509&nomeaplicacao=publicacao)). Este decreto regulamenta a retenção de Imposto de Renda na fonte, conforme Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012. A retenção do Imposto de Renda será feita na fonte, ou seja, o Município de Colorado do Oeste já irá reter o Imposto de Renda ao efetuar pagamentos de produtos e serviços adquiridos a partir do dia 1º de setembro de 2023. Para tanto, o fornecedor do produto/serviço emissor da nota deverá discriminar no campo adequado da Nota Fiscal a alíquota correta para o desconto.
- III. Notas Fiscais de Serviço, Impostos e retenções (ISS), Os pagamentos sofrerão retenção de ISS nos serviços executados no município de Colorado do Oeste - RO, conforme LC 94/2020 ISSQN/Municipal
- IV. As empresas optantes pelo Simples Nacional não terão retenção na fonte, conforme disposições legais. Para tanto, a empresa deverá comprovar sua situação junto ao Simples Nacional periodicamente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DISPOSIÇÕES GERAIS**

- I. Está vinculado a este Termo de Referência às Leis nº 14.133/2021, Decretos Municipais, bem como as demais legislações de vigência.
- II. Fica ressaltada a possibilidade de alteração das condições avençadas em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.
- III. Fica eleito o foro da Comarca de Colorado-RO como o único capaz de dirimir as dúvidas oriundas do Contrato, caso não sejam dirimidas amigavelmente.
- IV. Este termo de referência foi elaborado com base nas informações constantes no Estudo Técnico.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO**

- I. A publicação do presente Contrato será providenciada até o 5º dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO**

- I. O Foro para solucionar os litígios decorrentes do presente Contrato é o da Comarca de Colorado do Oeste/RO, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

\_\_\_\_\_  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

\_\_\_\_\_  
ASSESSORIA JURÍDICA  
TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
NOME:  
CPF:

\_\_\_\_\_  
NOME  
CPF:







# Município de Colorado do Oeste

04.391.512/0001-87  
Av. Paulo de Assis Ribeiro  
www.coloradodooeste.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
<b>Edital</b>	<b>P.E 02/2026</b>	<b>09/02/2026</b>

ID:	<b>546672</b>	Processo	Documento
CRC:	<b>4D984778</b>		
Processo:	<b>1-188/2026</b>		
Usuário:	<b>Isaque Almeida Chaves</b>		
Criação:	<b>09/02/2026 08:24:57</b>	Finalização:	<b>09/02/2026 08:25:50</b>

MD5:	<b>5F19F94C4B2F15E4028DBFDDFCAE72FE</b>
SHA256:	<b>68EAB526E6FF0AEC4A4142C24B75A3031A1FD165BDD3D9DB3EBE9BB4B00CD636</b>

Súmula/Objeto:

**Edital**


### INTERESSADOS

1001-SEMPPLAFIN	COLORADO DO OESTE	RO	09/02/2026 08:24:57
-----------------	-------------------	----	---------------------

### ASSUNTOS

3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	09/02/2026 08:24:57
--	---------------------

### ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 <b>Isaque Almeida Chaves</b>	Assessor Tec. de Gestão do Planejamento	09/02/2026 08:26:45
---	---	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 095/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.coloradodooeste.ro.gov.br](http://transparencia.coloradodooeste.ro.gov.br) informando o ID 546672 e o CRC 4D984778.